



Educational Policies, Gender and Sexuality in the Municipal School System of Maruim, Sergipe, Brazil (2018–2025): Between Silences, Inclusive Education and a Culture of Peace

Políticas Educacionais, Gênero e Sexualidade na Rede Municipal de Ensino de Maruim/SE (2018–2025): entre silenciamentos, educação inclusiva e Cultura de paz

Políticas Educativas, Género y Sexualidad en la Red Municipal de Enseñanza de Maruim, Sergipe, Brasil (2018–2025): Entre los Silenciamientos, la Educación Inclusiva y la Cultura de Paz

José Roberto Fraga¹  Antônio Carlos Nogueira Santos² 

1Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

2 Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

Autor correspondente:

Nome: **José Roberto Fraga**

E-mail: robertofraga47689@gmail.com

Como citar: Fraga, J.R.; Santos, A.C.N. (2026). Políticas Educacionais, Gênero e Sexualidade na Rede Municipal de Ensino de Maruim/SE (2018–2025): entre silenciamentos, educação inclusiva e Cultura de paz. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 7(1), e91363. <http://dx.doi.org/10.20952/jrks7191363>

RESUMO

Este estudo analisa como as políticas educacionais relacionadas às questões de gênero e sexualidade são expressas, silenciadas ou ressignificadas nos Projetos Político-Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Maruim, Sergipe, no período de 2018 a 2025. A pesquisa fundamenta-se na História da Educação e nas discussões sobre políticas educacionais, educação inclusiva e direitos humanos, compreendendo os Projetos Político-Pedagógicos como documentos históricos que materializam concepções pedagógicas e escolhas políticas da rede municipal. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza documental, desenvolvida a partir da análise documental da Secretaria Municipal de Educação, tendo como referência as Escolas Municipais Sabino Ribeiro e São José. Os procedimentos metodológicos basearam-se na análise de conteúdo, articulada às contribuições teóricas de Saviani, Freire, Scott, Louro, Foucault e Mantoan. Os resultados evidenciam que os documentos valorizam princípios relacionados à gestão democrática, à educação inclusiva, à Cultura da Paz e à Educação de Jovens e Adultos,

reafirmando o compromisso institucional com os direitos humanos e a formação cidadã. Entretanto, verificou-se a ausência de referências explícitas às categorias gênero, identidade de gênero e sexualidade, configurando um processo de silenciamento documental. Conclui-se que, embora os Projetos Político-Pedagógicos expressem avanços nas políticas de inclusão, ainda apresentam limites quanto à explicitação das diferentes formas de diversidade presentes no contexto escolar.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Gênero; Sexualidade; Educação Inclusiva; Cultura da Paz; EJA.

ABSTRACT

This study analyzes how educational policies related to gender and sexuality are expressed, silenced, or reinterpreted in the Pedagogical-Political Projects of the Municipal School System of Maruim, Sergipe, Brazil, between 2018 and 2025. The research is grounded in the History of Education and in discussions on educational policies, inclusive education, and human rights, considering Pedagogical-Political Projects as historical documents that reflect pedagogical conceptions and political choices within the municipal education system. This qualitative documentary study was based on the analysis of standardized Pedagogical-Political Projects issued by the Municipal Department of Education, using the Sabino Ribeiro and São José Municipal Schools as reference units. Content analysis followed Bardin's methodological framework and was supported by the theoretical contributions of Saviani, Freire, Scott, Louro, Foucault and Mantoan. The findings indicate that the documents emphasize democratic management, inclusive education, a Culture of Peace, and Youth and Adult Education, reaffirming the municipality's commitment to human rights and citizenship education. However, explicit references to gender, gender identity, and sexuality were not identified, revealing a process of documentary silencing. The study concludes that, despite significant advances in inclusive educational policies, the Pedagogical-Political Projects still present limitations regarding the explicit recognition of gender and sexual diversity within the school context.

Keywords: Educational policies; Gender; Sexuality; Inclusive education; Culture of Peace; Youth and Adult Education.

RESUMEN

Este estudio analiza cómo las políticas educativas relacionadas con las cuestiones de género y sexualidad son expresadas, silenciadas o resignificadas en los Proyectos Político-Pedagógicos de la Red Municipal de Enseñanza de Maruim, Sergipe, Brasil, durante el período 2018–2025. La investigación se fundamenta en la Historia de la Educación y en los debates sobre políticas educativas, educación inclusiva y derechos humanos, considerando los Proyectos Político-Pedagógicos como documentos históricos que materializan concepciones pedagógicas y decisiones políticas de la red municipal. Se trata de una investigación cualitativa de carácter documental, basada en el análisis de los Proyectos Político-Pedagógicos estandarizados por la Secretaría Municipal de Educación, tomando como referencia las Escuelas Municipales Sabino Ribeiro y São José. El análisis de contenido se realizó a partir de la propuesta metodológica de Bardin y de las contribuciones teóricas de Saviani, Freire, Scott, Louro, Foucault y Mantoan. Los resultados muestran que los documentos priorizan la gestión democrática, la educación inclusiva, la Cultura de Paz y la Educación de Jóvenes y Adultos, reafirmando el compromiso institucional con los derechos humanos y la formación ciudadana. Sin embargo, no se identificaron referencias explícitas a las categorías de género, identidad de género y sexualidad, lo que evidencia un proceso de silenciamiento documental. Se concluye que, aunque los Proyectos Político-Pedagógicos representan avances en las políticas de inclusión y convivência

democrática, todavía presentan limitaciones respecto al reconocimiento explícito de la diversidad de género y sexual en el contexto escolar.

Palabras clave: Políticas educativas; Género; Sexualidad; Educación inclusiva; Cultura de Paz; Educación de Jóvenes y Adultos.

INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira constitui um dos principais instrumentos de garantia dos direitos sociais, da promoção da cidadania e da construção da democracia. Prevista como direito fundamental na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a educação assume papel estratégico na formação humana e na redução das desigualdades sociais, cabendo ao Estado assegurar condições de acesso, permanência, temporalidade e êxito em todos os níveis e modalidades de ensino (Brasil, 1988). Nesse cenário, as políticas educacionais configuram-se como mecanismos por meio dos quais diferentes projetos de sociedade são traduzidos em diretrizes curriculares, programas governamentais e documentos institucionais que orientam a organização das redes de ensino e das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas.

Na perspectiva da História da Educação, as políticas educacionais não podem ser compreendidas apenas como instrumentos normativos ou administrativos. Elas são construções históricas produzidas em contextos sociais específicos, atravessadas por disputas políticas, culturais e ideológicas que definem prioridades, silenciam determinadas demandas e legitimam determinadas concepções de educação. Como afirma Saviani (2013), a educação é uma prática social historicamente determinada, cuja organização expressa os interesses, os conflitos e os projetos presentes em cada período histórico. Dessa forma, analisar documentos produzidos pelos sistemas de ensino significa compreender como esses projetos são materializados nas práticas institucionais.

Entre esses documentos, destacam-se os Projetos Político-Pedagógicos, considerados instrumentos fundamentais para a organização da ação educativa. Mais do que documentos administrativos, os PPPs expressam a identidade da escola, seus princípios pedagógicos, suas concepções de currículo, seus objetivos formativos e as estratégias adotadas para responder às demandas da comunidade escolar. Ao traduzirem as diretrizes nacionais e municipais para o cotidiano escolar, esses documentos constituem importantes fontes para compreender como as políticas educacionais são apropriadas, reinterpretadas e implementadas no âmbito das redes municipais de ensino.

Nas últimas décadas, o debate sobre gênero e sexualidade passou a ocupar posição central nas discussões sobre políticas públicas educacionais no Brasil. A ampliação dos direitos humanos, a consolidação das políticas de educação inclusiva e o fortalecimento das discussões sobre diversidade impulsionaram a incorporação desses temas em diferentes programas e documentos educacionais. Contudo, esse movimento foi acompanhado por intensas disputas políticas e culturais que influenciaram a elaboração de currículos, planos de educação e Projetos Político-Pedagógicos, especialmente após a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018.

Embora a BNCC não estabeleça componentes curriculares específicos para o ensino de gênero e sexualidade, o documento orienta que a educação brasileira promova o respeito aos direitos humanos, à diversidade, à convivência democrática e ao reconhecimento das diferenças como princípios da formação integral dos estudantes (BRASIL, 2018). Entretanto, a forma como essas orientações são apropriadas pelas redes municipais de ensino varia de acordo com os contextos políticos, sociais e institucionais, produzindo diferentes interpretações acerca do tratamento dessas temáticas no ambiente escolar.

É nesse cenário que se insere a Rede Municipal de Ensino de Maruim, município localizado na região da grande Aracaju, que faz divisa com os municípios de Divina Pastora,

Rosário do Catete, Santo Amaro das Brotas e Laranjeiras no estado de Sergipe. Assim como ocorre em diversos municípios brasileiros, os Projetos Político-Pedagógicos das escolas municipais constituem os principais documentos orientadores das práticas pedagógicas, expressando as concepções de educação adotadas pela Secretaria Municipal de Educação e pelas unidades escolares Escola Sabino Ribeiro, Escola São José. No presente estudo, esses documentos são analisados como fontes históricas capazes de revelar as formas pelas quais as políticas educacionais relacionadas à educação inclusiva, à Cultura da Paz, à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e às questões de gênero e sexualidade foram incorporadas ou silenciadas.

Justifica-se por corresponder à implementação e às atualizações dos Projetos Político-Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Maruim. Trata-se de um período marcado por profundas transformações nas políticas educacionais brasileiras, especialmente no que se refere às discussões sobre diversidade, inclusão e direitos humanos, tornando-o particularmente relevante para a análise documental proposta nesta pesquisa.

Os Projetos Político-Pedagógicos analisados evidenciam um compromisso institucional com princípios como gestão democrática, educação inclusiva, participação da comunidade escolar, respeito às diferenças e Cultura da Paz. Observa-se, ainda, atenção significativa à Educação de Jovens e Adultos (EJA), compreendida como modalidade destinada à garantia do direito à educação para sujeitos que tiveram seus percursos escolares interrompidos. Contudo, apesar da valorização da diversidade e da inclusão, a análise dos documentos revela a ausência de referências explícitas às categorias gênero, identidade de gênero, orientação sexual e diversidade sexual.

Essa ausência constitui o principal objeto desta investigação. Longe de ser interpretada apenas como lacuna terminológica, ela é compreendida como um silenciamento documental, isto é, como uma escolha discursiva que também produz significados. Conforme Scott (1995), o gênero deve ser entendido como uma categoria útil de análise histórica, pois permite compreender como as relações de poder são construídas e naturalizadas nas instituições sociais. Nesse sentido, analisar o que os documentos não dizem torna-se tão relevante quanto examinar aquilo que explicitam, uma vez que os silêncios também expressam opções políticas e pedagógicas.

Essa interpretação é reforçada pelas reflexões de Louro (2004), ao afirmar que a escola participa ativamente da produção das identidades sociais por meio de seus currículos, regulamentos e práticas pedagógicas. Para a autora, os processos educativos produzem formas específicas de compreender as diferenças, legitimando determinadas experiências enquanto outras permanecem invisibilizadas. Sob essa perspectiva, os Projetos Político-Pedagógicos não apenas organizam o funcionamento da escola, mas também constroem discursos sobre quais sujeitos e quais diferenças são reconhecidos pelas políticas educacionais.

As contribuições de Foucault (1988) ampliam essa discussão ao compreender os discursos institucionais como mecanismos de produção de saber e de poder. Para o autor, os silêncios presentes nos documentos oficiais não representam neutralidade; ao contrário, constituem parte das estratégias pelas quais determinadas temáticas tornam-se visíveis e outras permanecem à margem. Aplicada à análise dos PPPs da Rede Municipal de Ensino de Maruim, essa perspectiva permite compreender que a predominância de categorias como diversidade, cidadania, inclusão e Cultura da Paz convive com a ausência de referências explícitas às questões de gênero e sexualidade, configurando um processo de silenciamento documental que merece investigação.

No campo da educação inclusiva, Mantoan (2003) defende que a inclusão deve ser compreendida como princípio organizador da escola democrática, exigindo mudanças na cultura institucional, no currículo e nas práticas pedagógicas. Essa compreensão ultrapassa a dimensão da Educação Especial e propõe o reconhecimento das múltiplas formas de diversidade presentes na comunidade escolar. Da mesma forma, Freire (2021) destaca que a educação emancipadora fundamenta-se no diálogo, na valorização das experiências dos

educandos e na construção coletiva do conhecimento, princípios particularmente relevantes para a Educação de Jovens e Adultos, modalidade presente nos documentos analisados.

Diante desse contexto, este escrito parte do seguinte problema de pesquisa: como os Projetos Político-Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Maruim/SE incorporam, silenciam ou ressignificam as políticas educacionais relacionadas às questões de gênero e sexualidade no período de 2018 a 2025? O objetivo geral do texto consiste em analisar como esses documentos materializam-se as políticas educacionais relacionadas, às questões de gênero e sexualidade, articulando-as às concepções de educação inclusiva, Cultura da Paz e Educação de Jovens e Adultos. Especificamente, busca-se identificar os princípios pedagógicos inseridos nesse contexto.

Ao tomar os Projetos Político-Pedagógicos como fontes históricas, esta pesquisa pretende contribuir para os estudos sobre políticas educacionais em Sergipe, ampliando o conhecimento acerca da implementação das diretrizes nacionais em redes municipais de ensino. Espera-se, ainda, oferecer subsídios para futuras revisões dos documentos institucionais da Rede Municipal de Maruim, fortalecendo políticas comprometidas com a educação inclusiva, os direitos humanos, a valorização da diversidade e a construção de uma Cultura da Paz.

A educação pública brasileira constitui um direito social fundamental assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e representa um dos principais instrumentos para a promoção da cidadania, da democracia e da redução das desigualdades sociais. Nesse contexto, as políticas educacionais assumem papel estratégico na organização dos sistemas de ensino, estabelecendo princípios, diretrizes curriculares e mecanismos capazes de orientar a formação dos sujeitos e garantir o acesso, a permanência, temporalidade e êxito dos estudantes. Conforme afirma Saviani (2013), a educação não pode ser compreendida de forma isolada das transformações históricas, políticas e sociais, pois constitui uma prática social diretamente vinculada aos projetos de sociedade construídos em cada período histórico.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) consolidou princípios relacionados à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, à liberdade de aprender e ensinar, ao pluralismo de ideias e ao respeito à diversidade. Posteriormente, a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reafirmou a necessidade de uma formação integral, fundamentada na promoção dos direitos humanos, da convivência democrática, da equidade e do reconhecimento das diferenças (Brasil, 2018). Entretanto, a implementação dessas políticas ocorreu em um cenário marcado por intensas disputas em torno das discussões sobre gênero e sexualidade, produzindo diferentes interpretações acerca do papel da escola na formação ética, cidadã e democrática.

Nesse contexto, compreender as políticas educacionais exige reconhecer que os documentos oficiais não constituem apenas instrumentos administrativos, mas também expressam concepções de educação, disputas de poder e projetos políticos. Os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), por exemplo, representam documentos orientadores da ação educativa e materializam as escolhas pedagógicas realizadas pelas instituições escolares. Ao definirem objetivos, princípios, metodologias e formas de organização do trabalho pedagógico, os PPPs revelam tanto as prioridades educacionais quanto os temas que recebem menor visibilidade ou permanecem ausentes.

A escolha do município de Maruim decorre da necessidade de ampliar os estudos sobre políticas educacionais em redes municipais de pequeno porte, especialmente no estado de Sergipe, onde ainda são reduzidas as pesquisas que articulam História da Educação, análise documental e estudos sobre gênero e sexualidade. Ao investigar os PPPs de duas escolas da rede municipal, busca-se compreender como as diretrizes nacionais e estaduais foram apropriadas no contexto local e de que maneira categorias como educação inclusiva,

diversidade, cultura da paz, gênero e sexualidade foram incorporadas — ou silenciadas — nos documentos institucionais.

Entre os principais eixos presentes nos PPPs analisados destacam-se a educação inclusiva, a gestão democrática, a formação cidadã, os direitos humanos e a Cultura da Paz. Esses princípios aparecem como fundamentos da prática pedagógica e orientam diferentes ações voltadas ao fortalecimento da convivência escolar, ao respeito às diferenças e à garantia do direito à educação. Observa-se, igualmente, a valorização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), compreendida como modalidade destinada à reparação de trajetórias escolares interrompidas e ao reconhecimento das experiências sociais e culturais dos estudantes.

Contudo, a análise dos documentos evidencia que, embora os princípios da diversidade e da inclusão sejam recorrentes, não foram identificadas referências explícitas às categorias gênero, identidade de gênero, orientação sexual ou diversidade sexual. Essa constatação não deve ser compreendida apenas como ausência terminológica, mas como elemento analítico capaz de revelar determinadas opções políticas e pedagógicas presentes na elaboração dos documentos institucionais. Conforme Scott (1995), o gênero constitui uma categoria histórica de análise que permite compreender como as relações de poder são produzidas e naturalizadas nas diferentes instituições sociais, entre elas a escola.

Na mesma direção, Louro (2004) argumenta que os processos educativos participam da construção das identidades sociais e das formas pelas quais as diferenças são reconhecidas ou invisibilizada. A autora demonstra que currículos, práticas pedagógicas e documentos escolares produzem discursos sobre masculinidades, feminilidades e sexualidades, influenciando a maneira como os sujeitos são inseridos nas relações sociais. Sob esse enfoque, os silenciamentos identificados nos PPPs também constituem objeto de investigação, pois expressam formas específicas de organização do discurso educacional.

A compreensão desses processos pode ser ampliada a partir das reflexões de Foucault (1976), para quem os discursos produzidos pelas instituições estabelecem os limites entre aquilo que pode ser enunciado e aquilo que permanece invisível. Assim, o silêncio documental não representa ausência de significado, mas constitui uma forma de produção de saberes e de relações de poder. Aplicada à análise dos Projetos Político-Pedagógicos, essa perspectiva permite compreender que a inexistência de referências explícitas às questões de gênero e sexualidade integra um contexto histórico mais amplo, marcado por disputas em torno da definição dos conteúdos legítimos das políticas educacionais.

No campo da educação inclusiva, Mantoan (2003) argumenta que a escola deve reconhecer a diversidade como princípio estruturante do processo educativo, promovendo condições efetivas de participação para todos os estudantes. Essa concepção amplia o entendimento de inclusão para além da Educação Especial, incorporando diferentes formas de diversidade presentes na comunidade escolar. Sob essa perspectiva, torna-se pertinente questionar se os documentos analisados contemplam apenas a inclusão relacionada às deficiências ou se reconhecem outras dimensões da diversidade humana.

A Educação de Jovens e Adultos também ocupa lugar relevante nesta investigação. Inspirada na concepção freiriana de educação, essa modalidade reconhece os estudantes como sujeitos históricos portadores de experiências, saberes e trajetórias de vida que devem ser considerados na organização do trabalho pedagógico. Para Freire (2021, p. 47), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção", indicando que o processo educativo deve promover diálogo, autonomia e emancipação dos sujeitos.

Diante desse contexto, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: como os Projetos Político-Pedagógicos das Escolas Municipais Sabino Ribeiro e São José expressam, silenciam ou ressignificam as políticas educacionais relacionadas às questões de gênero e sexualidade na Rede Municipal de Ensino de Maruim/SE entre 2018 e 2025?

O objetivo consiste em analisar como esses documentos incorporam, silenciam ou ressignificam as políticas educacionais relacionadas às questões de gênero e sexualidade, articulando-as às concepções de educação inclusiva, Cultura da Paz e Educação de Jovens e Adultos. Como objetivos específicos, busca-se identificar os princípios pedagógicos presentes nos PPPs; examinar o tratamento conferido à EJA; analisar as concepções de diversidade e inclusão presentes nos documentos; e discutir os silenciamentos relacionados às categorias gênero e sexualidade à luz da literatura especializada.

Ao investigar esses documentos, pretende-se contribuir para os estudos sobre História da Educação e políticas educacionais em Sergipe, evidenciando como as redes municipais reinterpretem as diretrizes nacionais e produzem sentidos próprios para a organização da educação pública. Espera-se, ainda, que os resultados possam subsidiar futuras revisões dos Projetos Político-Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Maruim, fortalecendo políticas comprometidas com os direitos humanos, a inclusão, a valorização da diversidade e a construção de uma Cultura da Paz.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza documental, com abordagem descritiva e analítica, fundamentada nos pressupostos da História da Educação e das políticas educacionais. A opção por essa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender como as políticas públicas relacionadas à educação inclusiva, à Cultura da Paz, à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e às questões de gênero e sexualidade são expressas nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) da Rede Municipal de Ensino de Maruim/SE, no período de 2018 a 2025.

Segundo Gil (2008), a pesquisa documental utiliza materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reinterpretados a partir de novos referenciais teóricos. Nesse estudo, os PPPs são compreendidos como documentos institucionais que expressam concepções pedagógicas, diretrizes curriculares e opções político-educacionais adotadas pela rede municipal, constituindo importantes fontes para a compreensão das políticas educacionais em âmbito local.

Além de sua função administrativa, os Projetos Político-Pedagógicos foram tratados como fontes históricas, uma vez que registram processos de organização da escola, princípios educacionais e estratégias de implementação das políticas públicas. Conforme Cellard (2008), a análise documental permite compreender os documentos como produções sociais inseridas em contextos históricos específicos, possibilitando identificar permanências, mudanças, tensões e silenciamentos presentes em seus discursos.

Corpus documental

O corpus documental foi constituído pelos Projetos Político-Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Maruim, tomando como referência as Escolas Municipais Sabino Ribeiro e São José, bem como pelos principais documentos normativos que orientam a educação brasileira:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996);
- Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Currículo de Sergipe;
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Projetos Político-Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Maruim.

Esses documentos foram selecionados por constituírem os principais referenciais normativos das políticas educacionais implementadas na rede municipal durante o período investigado.

Procedimentos metodológicos

A análise documental foi realizada por meio da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2016), desenvolvida em três etapas complementares.

a) Pré-análise

Na primeira etapa realizou-se a leitura exploratória e integral dos Projetos Político-Pedagógicos, buscando identificar sua organização, estrutura, princípios pedagógicos, objetivos institucionais e referências às políticas educacionais.

Também foram identificadas nos Projetos Políticos Pedagógicos as seções destinadas à Educação Inclusiva, à Educação de Jovens e Adultos, à Cultura da Paz, aos Direitos Humanos, à Gestão Democrática e à Diversidade.

b) Exploração do material

Na segunda etapa procedeu-se à codificação e categorização dos conteúdos presentes nos documentos.

Foram estabelecidas cinco categorias analíticas:

1. Políticas educacionais;
2. Gestão democrática;
3. Educação Inclusiva e Cultura da Paz;
4. Educação de Jovens e Adultos (EJA);
5. Gênero e sexualidade.

Durante essa fase também foram registradas as referências explícitas às categorias investigadas e, principalmente, as ausências documentais relacionadas às expressões "gênero", "identidade de gênero", "orientação sexual" e "sexualidade", compreendidas nesta pesquisa como indicadores de silenciamento documental.

c) Tratamento dos resultados e interpretação

Na terceira etapa os dados foram interpretados à luz do referencial teórico adotado.

As análises dialogaram com Saviani (2013), ao compreender as políticas educacionais como construções históricas; Freire (2021), no que se refere à educação emancipadora e à Educação de Jovens e Adultos; Scott (1995), ao utilizar o gênero como categoria de análise histórica; Louro (2004), acerca da produção das diferenças no espaço escolar; Foucault (1988), sobre as relações entre discurso, saber e poder; Mantoan (2003), na discussão sobre educação inclusiva; e Zoboli, Manske e Galak (2021), nas reflexões contemporâneas sobre corpo, gênero e políticas educacionais.

Essa articulação teórico-metodológica possibilitou interpretar não apenas os conteúdos presentes nos documentos, mas também os processos de invisibilização e silenciamento relacionados às questões de gênero e sexualidade.

Categorias de análise

A organização dos resultados fundamentou-se em cinco eixos analíticos:

1. Políticas educacionais e os Projetos Político-Pedagógicos, examinando os princípios orientadores da Rede Municipal de Ensino de Maruim;
2. Gestão democrática, analisando os mecanismos de participação da comunidade escolar na organização das práticas educativas;
3. Educação Inclusiva e Cultura da Paz, identificando ações voltadas à inclusão, aos direitos humanos, à acessibilidade e à convivência democrática;
4. Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando sua organização pedagógica e sua função como política de garantia do direito à educação;
5. Gênero e sexualidade, buscando compreender como essas categorias aparecem — ou são silenciadas — nos documentos institucionais.

d) Aspectos éticos

A pesquisa utilizou exclusivamente documentos institucionais e legislações educacionais de acesso público, não envolvendo coleta de dados com seres humanos, entrevistas ou aplicação de questionários. Dessa forma, o estudo dispensa apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

RESULTADOS

A análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) da Rede Municipal de Ensino de Maruim/SE, utilizados pelas Escolas Municipais Sabino Ribeiro e São José, evidenciou que esses documentos expressam as diretrizes educacionais estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, em consonância com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo de Sergipe.

Os documentos analisados apresentam uma organização pedagógica pautada na formação integral do estudante, na gestão democrática, na educação inclusiva e na promoção da Cultura da Paz, reafirmando o compromisso institucional com a garantia do direito à educação.

A análise também revelou que, embora os PPPs valorizem a diversidade, o respeito às diferenças e os direitos humanos, não apresentam referências explícitas às categorias gênero, identidade de gênero, orientação sexual ou diversidade sexual. Esse aspecto constitui um dos principais achados da pesquisa.

1 Os Projetos Político-Pedagógicos como expressão das políticas educacionais da Rede Municipal de Maruim

Os Projetos Político-Pedagógicos analisados assumem a função de instrumentos orientadores da organização escolar, estabelecendo princípios, objetivos, diretrizes curriculares e estratégias para o desenvolvimento das ações educativas.

Os documentos destacam que a educação municipal tem como finalidade assegurar condições para o desenvolvimento intelectual, social, cultural e ético dos estudantes, valorizando a aprendizagem significativa, a participação da comunidade escolar e a construção de uma escola pública inclusiva.

Outro aspecto recorrente refere-se ao reconhecimento do Projeto Político-Pedagógico como instrumento coletivo de planejamento. Os PPPs enfatizam a participação da equipe gestora, dos professores, dos estudantes, das famílias e do Conselho Escolar na definição das ações pedagógicas.

Ao mesmo tempo, observa-se que os PPPs reproduzem uma estrutura padronizada para toda a Rede Municipal de Ensino, indicando a existência de uma política educacional centralizada pela Secretaria Municipal de Educação.

Essa padronização favorece a uniformização das diretrizes pedagógicas e administrativas, garantindo que princípios como inclusão, equidade e formação cidadã sejam compartilhados pelas diferentes unidades escolares. Apesar dessa uniformidade, a análise documental demonstra que as questões de gênero e sexualidade não foram incorporadas de maneira explícita aos documentos. Ainda que os PPPs utilizem expressões como “diversidade”, “respeito às diferenças”, “convivência democrática” e “direitos humanos”, essas categorias aparecem em sentido amplo, sem mencionar grupos historicamente vulnerabilizados em razão de identidade de gênero ou orientação sexual.

Tabela 1 – Síntese das diretrizes presentes nos Projetos Político-Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Maruim.

Categoria analisada	Evidências aos PPPs	Interpretação
Gestão Democrática	Participação da comunidade escolar, Conselho Escolar e equipe gestora	Fortalecimento da gestão participativa prevista na LDB
Formação Integral	Desenvolvimento cognitivo, social, ético e cultural	Alinhamento á BNCC e às políticas nacionais
Educação inclusiva	Atendimento aos estudantes com deficiência, adaptações e AEE	Compromisso com a inclusão escolar
Cultura da paz	Valorização do diálogo, respeito e convivência democrática	Promoção de ambientes escolares inclusivos
Direitos Humanos	Formação cidadã, respeito às diferenças e equidade	Concepção ampla de cidadania
Educação de jovens e adultos	Garantia do direito a escolarização e valorização das trajetórias dos estudantes	Política da inclusão social e educacional
Gênero e sexualidade	Ausência de referências explícitas	Evidência de silenciamento documental

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base nos Projetos Político-Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Maruim/SE

2 Gestão Democrática: participação, planejamento e corresponsabilidade

A gestão democrática constitui um dos princípios estruturantes dos Projetos Político-Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Maruim.

Os documentos analisados apresentam a participação da comunidade escolar como elemento essencial para a construção das práticas pedagógicas, reconhecendo professores, equipe gestora, estudantes, famílias e conselhos escolares como sujeitos corresponsáveis pelo planejamento e pela organização das ações educativas.

Nos PPPs, essa orientação manifesta-se por meio da valorização do planejamento coletivo, da participação da comunidade nas decisões pedagógicas e da construção compartilhada do Projeto Político-Pedagógico. A organização dos documentos evidencia que o planejamento escolar envolve o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, a avaliação institucional, a elaboração de projetos pedagógicos e a definição de estratégias voltadas à melhoria da qualidade da educação.

Nos PPPs da Rede Municipal de Maruim, a gestão democrática também aparece relacionada ao fortalecimento dos conselhos escolares, das reuniões pedagógicas, do acompanhamento das famílias e da integração entre os diferentes profissionais da educação. Entretanto, a análise documental evidencia que a participação é tratada predominantemente sob a perspectiva administrativa e pedagógica. Os documentos não apresentam mecanismos específicos destinados à participação de grupos historicamente vulnerabilizados ou à discussão de questões relacionadas à diversidade de gênero, orientação sexual ou identidades sociais.

Tabela 2 – Elementos da gestão democrática identificados nos Projetos Político-Pedagógicos

Elementos analisados	Evidências identificadas	Análise
Planejamento coletivo	Participação da equipe escolar	Fortalece a organização pedagógica
Conselho Escolar	Participação da comunidade-escola	Incentiva a gestão compartilhada
Relação Família	Reuniões e acompanhamento dos estudantes	Amplia o diálogo institucional
Avaliação institucional	Monitoramento das ações pedagógicas	Favorece planejamento contínuo
Participação dos Estudantil	Incentivo ao protagonismo discente	Contribui para a formação cidadã
Diversidade	Abordagem ampla e genérica	Não explicita questões de gênero e sexualidade

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base nos Projetos Político-Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Maruim/SE.

3 Educação Inclusiva e Cultura da Paz: fundamentos das políticas educacionais da Rede Municipal de Ensino

A análise dos Projetos Político-Pedagógicos evidencia que a Educação Inclusiva constitui um dos principais eixos estruturantes da política educacional da Rede Municipal de Ensino de Maruim. Nos PPPs, a inclusão é apresentada como princípio orientador das práticas pedagógicas e da organização escolar, sendo associada ao direito à educação, à equidade e ao respeito às diferenças.

Observa-se a preocupação com a eliminação de barreiras à aprendizagem, com a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a adaptação curricular e com a construção de ambientes escolares capazes de acolher a diversidade presente na comunidade educativa.

Nos Projetos Político-Pedagógicos analisados, também foram identificadas referências ao trabalho coletivo, à formação continuada dos profissionais da educação, ao acompanhamento pedagógico e à participação das famílias no processo educativo.

Outro aspecto amplamente desenvolvido nos documentos refere-se à Cultura da Paz, apresentada como princípio transversal da ação pedagógica. Os PPPs destacam que a escola deve constituir-se como espaço de convivência democrática, respeito mútuo, solidariedade e resolução pacífica dos conflitos, promovendo ações voltadas ao fortalecimento dos direitos humanos e da cidadania.

As ações propostas envolvem o desenvolvimento de projetos pedagógicos voltados ao respeito às diferenças, ao combate às diversas formas de violência, ao fortalecimento dos vínculos entre escola e comunidade e à promoção de valores éticos que favoreçam a convivência democrática. Embora os PPPs apresentem significativa valorização da Educação Inclusiva e da Cultura da Paz, as referências à diversidade são formuladas de maneira ampla, enfatizando princípios como respeito, igualdade e cidadania, sem explicitar diferentes marcadores sociais relacionados às identidades de gênero, às orientações sexuais ou às múltiplas formas de discriminação.

Tabela 3 – Educação Inclusiva e Cultura da Paz nos Projetos Político-Pedagógicos

Categoria	Evidências nos PPPs	Análise
Educação inclusiva	Garantia de acesso, permanência e aprendizagem	Alinhado à LDB e à BNCC
Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Atendimento aos estudantes público-alvo da educação Especial	Fortalece a inclusão escolar
Adaptação curricular	Flexibilização das práticas pedagógicas	Favorece a equidade
Formação Continuada	Qualificação dos profissionais da educação	Aperfeiçoa as práticas inclusivas
Cultura da Paz	Respeito, diálogo, solidariedade e mediação de conflito	Promoção da convivência democrática

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base nos Projetos Político-Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Maruim/SE.

4 A Educação de Jovens e Adultos (EJA) como política de inclusão social e garantia do direito à educação

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocupa posição relevante nos Projetos Político-Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Maruim, sendo compreendida como modalidade destinada à garantia do direito à educação para sujeitos que, por diferentes razões, não tiveram acesso ou continuidade dos estudos na idade considerada regular.

Nos documentos analisados, a EJA é apresentada como política pública comprometida com a democratização do ensino, a redução das desigualdades educacionais e a valorização das trajetórias de vida dos estudantes. Os PPPs reconhecem que os estudantes da EJA constituem um público heterogêneo, formado por jovens, adultos e idosos cujas histórias são marcadas por interrupções escolares, inserção precoce no mundo do trabalho, responsabilidades familiares e diferentes experiências sociais.

A organização pedagógica descrita nos documentos enfatiza a necessidade de metodologias diferenciadas, capazes de considerar os conhecimentos construídos ao longo da vida pelos estudantes. Nos Projetos Político-Pedagógicos, a valorização das experiências dos estudantes da EJA aparece associada ao desenvolvimento da autonomia, da participação social e do exercício da cidadania.

Outro aspecto evidenciado nos PPPs refere-se à permanência escolar. Os documentos reconhecem que garantir o acesso não garante a permanência, sendo necessário desenvolver estratégias que favoreçam a continuidade dos discentes nesse espaço. A análise documental demonstra ainda que a EJA está articulada aos princípios da Educação Inclusiva e da Cultura da Paz presentes nos Projetos Político-Pedagógicos.

Entretanto, embora os PPPs valorizem a diversidade e a inclusão no contexto da Educação de Jovens e Adultos, verificou-se que as políticas de gênero não estão colocadas no âmbito dessa modalidade. Os documentos utilizam expressões como “respeito às diferenças”, “igualdade”, “cidadania” e “direitos humanos”, mas não apresentam orientações específicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero ou das diferentes formas de discriminação.

Tabela 4 – A Educação de Jovens e Adultos nos Projetos Político-Pedagógicos

Aspectos analisados	Evidências identificadas	Identificação
Direito à educação	Garantia de acesso e permanência	Cumprimento da Constituição e da LDB
Perfil dos estudantes	Jovens e Adultos e idosos com trajetórias diversas	Reconhecimento da diversidade de experiências
Organização pedagógica	Metodologia diferenciadas e contextualizadas	Valorização dos conhecimentos prévios
Formação cidadã	Desenvolvimento da autonomia e participação social	Perspectiva Freireana de educação
Inclusão	Integração à educação inclusiva e á cultura da paz	Promoção da equidade

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base nos Projetos Político-Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Maruim/SE.

5 Gênero e sexualidade: resultados da análise documental

A análise dos Projetos Político-Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Maruim permitiu identificar um aspecto central para a compreensão das políticas educacionais implementadas entre 2018 e 2025. Embora os documentos valorizem princípios como diversidade, respeito às diferenças, cidadania, inclusão, direitos humanos e Cultura da Paz, não apresentam referências explícitas às categorias gênero, identidade de gênero, orientação sexual ou diversidade sexual.

Nos PPPs da Rede Municipal de Maruim, expressões como “respeito às diferenças”, “diversidade”, “convivência democrática” e “Cultura da Paz” aparecem de maneira recorrente. Entretanto, essas categorias são apresentadas em sentido amplo, sem especificar as diferentes formas de desigualdade que atravessam a realidade escolar.

A pesquisa concentrou-se na análise dos documentos institucionais e, portanto, os resultados dizem respeito às escolhas discursivas presentes nos Projetos Político-Pedagógicos. As práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas nas escolas constituem objeto de futuras investigações, envolvendo observação do cotidiano escolar e entrevistas com gestores, professores e estudantes.

Tabela 5 – Síntese da análise sobre gênero e sexualidade nos PPPs

Categoria	Evidências documentais	Interpretação
Diversidade	Presente de forma ampla	Associação aos direitos humanos e à inclusão
Cultura da Paz	Amplamente desenvolvida	Estratégias de convivência democrática
Direitos Humanos	Referência constante	Formação cidadã e respeito às diferenças
Gênero	Não identificamos de forma explícita	Silenciamento documental
Identidade de gênero	Não identificada	Ausência de orientação institucional

Orientação sexual	Não identificada	Limitação na abordagem da diversidade
Possibilidade de avanço	Revisão Futuras dos PPPs	Fortalecimento das Políticas inclusivas

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base nos Projetos Político-Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Maruim/SE

DISCUSSÃO

A análise dos Projetos Político-Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Maruim evidencia a presença de princípios relacionados à gestão democrática, formação integral, Educação Inclusiva, Cultura da Paz, direitos humanos e Educação de Jovens e Adultos. Ao mesmo tempo, os documentos apresentam limites quanto à explicitação das questões relacionadas a gênero, identidade de gênero, orientação sexual e diversidade sexual.

Os resultados podem ser compreendidos a partir das contribuições teóricas utilizadas nesta pesquisa, permitindo relacionar os achados documentais ao contexto histórico, político e educacional no qual os PPPs foram elaborados.

1 Os Projetos Político-Pedagógicos e a formação dos sujeitos

A concepção de educação identificada nos PPPs aproxima-se da perspectiva apresentada por Saviani (2013), para quem a educação constitui prática social historicamente produzida, responsável pela formação dos sujeitos e pela transmissão crítica dos conhecimentos acumulados pela humanidade.

Os documentos analisados apresentam uma concepção de educação voltada ao desenvolvimento intelectual, social, cultural e ético dos estudantes, valorizando a aprendizagem significativa, a participação da comunidade escolar e a construção de uma escola pública inclusiva. Entretanto, os resultados também demonstram que os PPPs reproduzem uma estrutura padronizada para a Rede Municipal de Ensino. Essa característica evidencia a existência de diretrizes comuns para as escolas analisadas e demonstra como as políticas educacionais municipais são incorporadas aos documentos institucionais.

Sob a perspectiva da História da Educação, os PPPs podem ser compreendidos como documentos que expressam concepções de educação e projetos de formação humana presentes em determinado contexto histórico.

2 Gestão democrática: participação e seus limites

A presença da gestão democrática nos PPPs demonstra um avanço na valorização da participação dos diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar. Essa concepção encontra aproximação com as reflexões de Paulo Freire (2021), para quem a educação deve fundamentar-se no diálogo, na participação e na construção coletiva.

Segundo o autor, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão” (Freire, 2021, p. 95). Embora a afirmação esteja inserida no contexto da pedagogia crítica, ela contribui para compreender a gestão democrática como prática que ultrapassa os aspectos administrativos e fortalece a participação dos sujeitos na construção do projeto educativo.

Nos PPPs analisados, a participação da equipe gestora, professores, estudantes, famílias e Conselhos Escolares demonstra uma intenção institucional de fortalecer a corresponsabilidade na organização da escola.

Entretanto, os resultados também evidenciam que essa participação é tratada predominantemente sob a perspectiva administrativa e pedagógica. Não foram identificados mecanismos específicos voltados à participação de grupos historicamente vulnerabilizados ou à discussão das questões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade. Nesse sentido, Saviani (2013) contribui para compreender que as políticas educacionais refletem contradições presentes na sociedade e expressam diferentes projetos de formação humana.

Assim, os PPPs analisados revelam avanços na democratização da gestão escolar, mas também evidenciam limites quanto à explicitação de políticas voltadas ao reconhecimento das múltiplas formas de diversidade existentes na comunidade escolar.

3 Educação Inclusiva e Cultura da Paz

Os resultados referentes à Educação Inclusiva demonstram que os PPPs apresentam preocupação com o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes, além de contemplarem o Atendimento Educacional Especializado, a adaptação curricular e a formação continuada.

Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Mantoan (2003), para quem a inclusão não se limita à matrícula dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Uma escola inclusiva pressupõe mudanças estruturais na cultura institucional, nas metodologias de ensino, na avaliação e nas relações estabelecidas entre professores, estudantes e famílias.

Nesse sentido, a presença da Educação Inclusiva nos PPPs demonstra uma concepção que ultrapassa o acesso à escola e envolve a construção de práticas voltadas ao atendimento das diferentes necessidades dos estudantes.

A Cultura da Paz também constitui elemento significativo dos documentos analisados. A valorização do diálogo, do respeito, da solidariedade e da resolução pacífica dos conflitos demonstra uma concepção de escola comprometida com a convivência democrática. Essa perspectiva dialoga com a Base Nacional Comum Curricular, especialmente no que se refere à empatia, cooperação, diálogo, resolução de conflitos e valorização da diversidade cultural e humana.

Sob a perspectiva freireana, a promoção da Cultura da Paz relaciona-se ao desenvolvimento de práticas educativas fundamentadas no diálogo e na participação. Para Freire (2021), a educação democrática pressupõe o reconhecimento dos sujeitos como protagonistas do processo educativo, valorizando suas experiências, seus conhecimentos e sua capacidade de transformar a realidade.

Contudo, apesar da significativa valorização da Educação Inclusiva e da Cultura da Paz, os documentos apresentam a diversidade de maneira predominantemente ampla. As categorias relacionadas ao gênero e à sexualidade permanecem ausentes.

4 A EJA como política de inclusão social

A análise dos PPPs demonstra que a EJA ocupa posição importante na política educacional da Rede Municipal de Ensino, sendo apresentada como modalidade relacionada à garantia do direito à educação, à inclusão social e à valorização das trajetórias dos estudantes.

A valorização das experiências dos estudantes da EJA aproxima-se da concepção freireana de educação. Como afirma Freire (2021, p. 47), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Nesse sentido, os documentos apresentam uma perspectiva que reconhece os conhecimentos e experiências dos estudantes como elementos importantes do processo educativo.

A valorização da autonomia, da participação social e da cidadania demonstra que a EJA é compreendida para além de uma perspectiva compensatória, assumindo uma dimensão de inclusão social e formação humana. Entretanto, a ausência de orientações específicas relacionadas às questões de gênero e sexualidade demonstra que a concepção de diversidade presente nos documentos ainda pode ser ampliada.

Considerando a diversidade dos sujeitos que compõem a EJA, essa ausência representa um limite na abordagem das múltiplas formas de desigualdade presentes no espaço educacional.

5 Gênero, sexualidade e silenciamento documental

O principal resultado da pesquisa — a ausência explícita das categorias gênero, identidade de gênero, orientação sexual e diversidade sexual — apresenta especial relevância para a discussão. Esse resultado não deve ser compreendido apenas como ausência de terminologia. Na perspectiva da análise documental, aquilo que não é explicitamente mencionado também pode constituir elemento significativo para compreender as escolhas discursivas presentes nos documentos.

Essa interpretação encontra respaldo nas contribuições de Joan Scott (1995). Para a autora, o gênero constitui uma categoria histórica capaz de revelar relações de poder presentes nas instituições sociais. Conforme Scott (1995, p. 86), “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”, constituindo também uma forma primária de significar relações de poder.

Aplicando essa perspectiva aos Projetos Político-Pedagógicos analisados, observa-se que a ausência das categorias relacionadas ao gênero não representa necessariamente neutralidade. Ela evidencia uma determinada forma de compreender a diversidade escolar, privilegiando princípios universais de igualdade e cidadania sem reconhecer explicitamente determinados marcadores sociais.

Essa interpretação também encontra respaldo nas contribuições de Guacira Lopes Louro (2004), ao demonstrar que a escola participa da produção das identidades sociais por meio dos currículos, regulamentos, práticas pedagógicas e discursos institucionais. Assim, a invisibilização de determinados sujeitos pode constituir uma forma de produção das diferenças, uma vez que aquilo que não é nomeado tende a permanecer à margem das práticas educativas.

Nos PPPs da Rede Municipal de Maruim, expressões como “respeito às diferenças”, “diversidade”, “convivência democrática” e “Cultura da Paz” aparecem de maneira recorrente.

Entretanto, sua formulação ampla reduz a especificidade das orientações destinadas ao enfrentamento das desigualdades relacionadas ao gênero e à sexualidade.

As reflexões de Michel Foucault (1976) contribuem para compreender esse fenômeno. Ao analisar as relações entre discurso, saber e poder, o autor demonstra que os silêncios não representam simplesmente ausência de discurso, mas fazem parte das estratégias por meio das quais determinados temas são regulados nas instituições sociais.

Nesse sentido, aquilo que permanece não dito também produz efeitos sobre as formas de compreender e organizar a realidade. Aplicada aos PPPs analisados, essa perspectiva permite compreender o silenciamento relacionado a gênero e sexualidade como uma dimensão importante das políticas educacionais municipais.

6 Entre os avanços identificados e as possibilidades de ressignificação

Os resultados demonstram que os Projetos Político-Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Maruim apresentam avanços importantes no campo da gestão democrática, Educação Inclusiva, Cultura da Paz, direitos humanos e Educação de Jovens e Adultos. Entretanto, também evidenciam limites na explicitação das questões relacionadas a gênero e sexualidade.

A incorporação explícita dessas questões aos Projetos Político-Pedagógicos poderá fortalecer as políticas municipais de educação inclusiva, ampliando a coerência entre os princípios de diversidade, direitos humanos e Cultura da Paz já presentes nos documentos. Essa ampliação não significa necessariamente introduzir novos componentes curriculares ou alterar a identidade pedagógica da Rede Municipal. Ao contrário, representa o aprofundamento dos próprios princípios já defendidos pelos PPPs, especialmente aqueles relacionados ao respeito às diferenças, à prevenção de todas as formas de violência, à promoção da cidadania e à construção de ambientes escolares acolhedores para todos os estudantes.

Por fim, os resultados demonstram que os Projetos Político-Pedagógicos constituem importantes instrumentos de organização das políticas educacionais locais. Entretanto, os silenciamentos relacionados às categorias gênero e sexualidade representam uma dimensão significativa dessas políticas, tornando-se elemento fundamental para compreender os desafios contemporâneos da educação pública na promoção dos direitos humanos, da equidade e da formação cidadã.

Ressalta-se, contudo, que a pesquisa concentrou-se na análise documental. Portanto, não é possível afirmar, a partir dos PPPs, como essas questões são efetivamente tratadas nas práticas pedagógicas cotidianas. A investigação das práticas escolares poderá constituir objeto de pesquisas futuras, envolvendo observação, entrevistas com gestores, professores e estudantes e outras estratégias de investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente escrito teve como objetivo analisar como as políticas educacionais relacionadas às questões de gênero e sexualidade são expressas, silenciadas ou ressignificadas nos Projetos Político-Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino de Maruim/SE, no período de 2018 a 2025. A partir da análise documental dos PPPs padronizados da Secretaria Municipal de Educação, tomando como referência as Escolas Municipais Sabino Ribeiro e São José, foi

possível compreender de que forma esses documentos traduzem as diretrizes das políticas educacionais nacionais para a realidade da rede municipal.

Os resultados demonstraram que os Projetos Político-Pedagógicos estão alinhados aos princípios estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Base Nacional Comum Curricular e pelo Currículo de Sergipe. Os documentos evidenciam compromisso com a gestão democrática, a formação integral dos estudantes, a Educação Inclusiva, a Cultura da Paz e a Educação de Jovens e Adultos, reafirmando a educação como direito social e instrumento de construção da cidadania.

Entretanto, o principal achado desta pesquisa refere-se à ausência de referências explícitas às categorias gênero, identidade de gênero, orientação sexual e diversidade sexual nos Projetos Político-Pedagógicos analisados. Embora os documentos utilizem, de maneira recorrente, expressões como diversidade, respeito às diferenças, direitos humanos, inclusão e Cultura da Paz, verificou-se que essas categorias são apresentadas em sentido amplo, sem explicitar diferentes marcadores sociais que também estruturam experiências de desigualdade no contexto escolar.

É importante destacar que esta pesquisa não buscou avaliar as práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Maruim. As conclusões referem-se exclusivamente aos Projetos Político-Pedagógicos enquanto documentos institucionais. Dessa forma, não é possível afirmar, a partir deste estudo, como professores, gestores ou estudantes abordam essas temáticas em seu cotidiano escolar. Tal delimitação constitui uma opção metodológica que preserva o rigor científico da investigação, este estudo evidencia que os Projetos Político-Pedagógicos constituem importantes fontes históricas para a compreensão das políticas educacionais locais, permitindo analisar não apenas aquilo que os documentos registram, mas também os processos de invisibilização e silenciamento que integram sua construção. Ao compreender os PPPs como expressões das políticas públicas implementadas pela Rede Municipal de Ensino de Maruim, a pesquisa amplia as possibilidades de investigação sobre a relação entre documentos escolares, gestão educacional e formação cidadã.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem a investigação por meio de entrevistas com gestores, professores, estudantes e equipes pedagógicas, bem como da observação das práticas desenvolvidas nas unidades escolares. Esses estudos poderão contribuir para compreender como os princípios presentes nos Projetos Político-Pedagógicos são efetivamente materializados no cotidiano escolar e de que forma as políticas educacionais relacionadas à diversidade, à inclusão e à Cultura da Paz são vivenciadas na prática educativa, contudo, a análise documental evidencia que a incorporação explícita das questões de gênero e sexualidade permanece como um desafio para futuras atualizações dos Projetos Político-Pedagógicos, reafirmando a necessidade de políticas educacionais cada vez mais comprometidas com a promoção dos direitos humanos, da equidade e da construção de uma escola pública verdadeiramente inclusiva.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES: Fraga, J.R.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica de conteúdo intelectual importante. Santos, A.C.N.: redação do artigo, revisão crítica de conteúdo intelectual importante.

CONFLITOS DE INTERESSE: Os autores declaram que não há conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Brasil. (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

Brasil. (1996). Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 dez.

Brasil. (2018). Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC.

Brasil. (2012). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*. Brasília, DF: MEC.

Cellard, A. (2008). A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes. p. 295-316.

Foucault, M. (1976). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal.

Freire, P. (2021). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

Louro, G. L. (2004). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 7. ed. Petrópolis: Vozes.

Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna.

Maruim (SE). (2024). Secretaria Municipal de Educação. *Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Sabino Ribeiro*. Maruim, SE.

Maruim (SE). (2024). Secretaria Municipal de Educação. *Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal São José*. Maruim, SE.

Saviani, D. (2013). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados.

Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez.

Sergipe. (2018). Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura. *Currículo de Sergipe*. Aracaju: SEDUC.

Zoboli, F.; Manske, G. S.; Galak, E. (2021). *Corpo, gênero e políticas educacionais*. Curitiba: CRV.

Recebido: 2 de julho de 2026 | **Aceito:** 22 de agosto de 2026 | **Publicado:** 21 de setembro de 2026



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.